

**BEM ME QUER, MAL ME QUER: BASES SOCIOECONÔMICAS E
COMPETIÇÃO ELEITORAL DOS PARTIDOS NOS ESTADOS BRASILEIROS
(2002-2014)**

Everton Santana, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
(lira.everton@gmail.com)

Luiza Amelotti, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
(luvamelotti@gmail.com)

Área temática: 12. Partidos e Sistemas Partidários

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latino-americano de
Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política
(ALACIP). Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017

RESUMO

A competição eleitoral dos partidos políticos nos estados brasileiros está associada a bases socioeconômicas? Este artigo propõe fomentar a discussão sobre competição eleitoral, modelos de entrada e coordenação pré-eleitoral dos partidos a fim de identificar a existência ou não de relação entre características socioeconômicas dos estados brasileiros e competição eleitoral dos partidos. O sistema eleitoral brasileiro de representação proporcional com lista aberta favorece a entrada de atores na competição eleitoral, porém, os partidos ainda são os detentores legais da prerrogativa de registrar candidatos. Metodologicamente, são propostos testes de regressão linear múltipla a partir de variáveis independentes que encaixem enquanto *proxy* para medir as características socioeconômicas e, também, variáveis de controle que a literatura aponta afetar a decisão de lançar candidatos à competição.

1. INTRODUÇÃO

A competição eleitoral dos partidos políticos nos estados está associada a bases socioeconômicas? O presente projeto de pesquisa busca fazer uma análise para o período de 2002-2014 a fim de identificar se os partidos políticos brasileiros têm um padrão no momento de lançar um candidato à competição eleitoral. Ou seja, se, em média, o grau de competição dos partidos (aqui definido como quantidade de candidatos lançados) varia em função de características socioeconômicas de cada distrito.

Os partidos políticos ainda são muito estudados e suscitam várias questões de pesquisa dentro da ciência política contemporânea. No Brasil, em especial, concomitante ao surgimento de uma grande quantidade de partidos após a redemocratização do país, os debates demonstravam certo receio com a estabilidade do regime, tendo em vista a emergência de várias forças políticas dentro e fora das arenas legislativa e eleitoral.

Impedidas de existir formalmente dentro da estrutura do Estado brasileiro durante o regime militar (1964-1985), estas forças políticas, que agora se organizavam legalmente, também, enquanto partidos, emergiam de diversos setores da sociedade. Alguns tinham uma formação a partir de movimentos operários, como o PT, outros nasceram de estruturas partidárias formais já existentes, como o PSDB (GUARNIERI, 2009).

A partir da atuação dos partidos dentro do Congresso Nacional, pôde-se observar, tendo como base votações e apresentação de projetos de lei, quais temáticas eram de maior interesse de cada partido, dentro de um espectro ideológico, e quais suas preferências. O que esses debates possuem em comum é: todos apontam para uma relação (mesmo que fraca) entre partido e sociedade e partem do pressuposto que os partidos têm preferências distintas.

Dadas as características de surgimento dos partidos e a relação destes com a sociedade, surge o questionamento de se, dentro da arena eleitoral, os partidos têm preferências distintas na tomada de decisão sobre lançar candidatos, e se esta preferência está relacionada à características socioeconômicas. Este artigo procura explorar esta área, a fim de fomentar o debate sobre preferências partidárias dentro da competição eleitoral.

O objetivo deste trabalho, portanto, é fazer uma análise empírica sobre a relação

entre competição eleitoral dos partidos nos estados brasileiros e padrões socioeconômicos em quatro eleições, 2002, 2006, 2010 e 2014. Foram selecionadas estas eleições devido à disponibilidade de dados na plataforma do TSE. As próximas seções apresentam discussões sobre a construção dos partidos ao longo do tempo, a organização interna destes, suas características, relação com sociedade e Estado, bem como a metodologia, os testes, resultados e as considerações finais.

2. PLANO HISTÓRICO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos são vistos como organizações essenciais à manutenção da democracia, tendo em vista suas características básicas de agregar interesses, estruturar a competição eleitoral, governar e conduzir os trabalhos legislativos (AMARAL, 2013). Dadas essas funções, a literatura se debruça sobre os temas específicos dentro de cada grande área.

Tendo em vista a necessidade de organização interna de maneira a se projetar e estruturar as características antes referidas, os partidos políticos têm uma tendência a organizar burocraticamente suas funções internas, dado que os grandes partidos, por exemplo, precisam de uma estrutura organizacional para manter a conexão entre os diferentes órgãos partidários.

Essa burocratização já tinha sido observada por Robert Michels (1980 [1911]), que, ao analisar o Partido Social-Democrata Alemão, demonstrava que qualquer partido tende a desenvolver uma estrutura burocrática e centralizada, levando a uma oligarquização da atividade partidária. Seja qual for a origem partidária, mesmo sendo democrática, a Lei de Ferro da Oligarquia irá se aplicar.

Buscando entender, portanto, a origem dos partidos, Duverger (1970) mostra que, à luz da experiência europeia, dois são os tipos de partidos que emergem, os partidos de massa e os partidos de quadros. O primeiro remete a uma agremiação de origem fora do parlamento, altamente organizado, com financiamento entre seus membros, alta coesão ideológica e grande doutrinação partidária.

De maneira diametralmente oposta, os partidos de quadros têm origem parlamentar, fluidez dentro da organização interna, descentralização e concentração de decisão nas mãos de uma elite. Os dois tipos de partido, portanto, apresentam diferenças sistemáticas na sua origem, atuação e relação com seus membros e com a população.

Percebendo as origens e organizações distintas, esperava-se que os partidos fossem gradativamente se transformando internamente. A constatação feita ainda nos partidos da Europa ocidental foi de que, com o avanço do Estado de bem-estar social, as diferenças ideológicas entre os partidos já não eram expressivas e estes começaram a se tornar menos ideológicos e mais abertos a vários grupos (KIRCHHEIMER, 2012).

De maneira semelhante, também tomando a busca por votos como o interesse primordial dos partidos, Downs (1999) observa que os partidos oferecem políticas que possam ser da preferência do maior número possível de eleitores. Em sistemas bipolarizados, estas políticas são as que estão no centro do espectro ideológico. Desta maneira, os partidos passariam a ter um discurso e uma agenda mais semelhantes uns aos outros, de modo que a população não conseguiria perceber diferenças sistemáticas entre estes. Estas análises envolvem uma questão importante para esta pesquisa: a relação entre partido e a dinâmica socioeconômica.

Lipset e Rokkan (1992) também contribuem com o debate sobre clivagens e partidos. As clivagens sociais existentes têm anseios e demandas e buscam satisfazer estas necessidades através, também, do acesso ao poder político. Para este fim, então, são criadas as organizações e os partidos políticos que têm uma via de mão dupla de criação e representação.

Analisando até este ponto, percebe-se que os partidos políticos possuem diferentes maneiras de se organizar, a partir da forma como surgem, sua dinâmica com o eleitor etc. Com o seu desenvolvimento, os órgãos crescem em funções, tamanho e quantidade. A expansão do partido acontece por anseios diversos, principalmente eleitorais, por meio de duas vias: ou por *penetração*, quando a instituição partidária central controla a expansão para a periferia; e por *difusão*, quando elites locais de maneira espontânea se ligam à instituição central (PANEBIANCO, 2005).

No Brasil, os diferentes partidos possuem organizações internas semelhantes, porém a forma de acesso ao poder dentro do partido é bem diferente. Alguns partidos são mais democráticos no que se refere à existência de processos bem definidos para eleição de cargos de direção, enquanto outros são considerados mais oligárquicos ou autoritários (GUARNIERI, 2009).

Os partidos da quarta república (1945-1964) organizaram-se de modo que seus membros, no caso de partidos como PSD e UDN, eram majoritariamente formados por políticos de carreira e oriundos de regiões mais agrárias e ricas dos estados.

Paralelamente a isso, partidos como o PTB nasceram do movimento operário e tinham maior penetração dentro das áreas industrializadas e metropolitanas (SOARES, 2001).

A literatura sobre organização da vida partidária contribui para a elucidação de como os partidos podem se estruturar de maneiras diferentes, seja enquanto órgão mais centralizado, formado por público específico ou não; além de mostrar como é a relação destes com a sociedade, de que forma a sociedade os vê e de que forma os partidos veem a população. Estas concepções são essenciais para entender as questões pautadas neste trabalho.

3. ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Durante as campanhas eleitorais, seja para presidente, governador, deputado estadual, deputado federal ou qualquer outro cargo eletivo, os partidos se organizam a fim de disputar as eleições e galgar as respectivas cadeiras. Cada partido, porém, devido à sua estruturação mais ou menos descentralizada (GUARNIERI, 2009) pode lançar candidatos em graus diferentes para cada estado.

No Brasil, a Lei nº 9.054/1997 estabelece as normas para as eleições. O art. 4º normatiza que só poderá lançar candidatos “[...] o partido que, até um ano antes do pleito, tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, conforme o disposto em lei, e tenha, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circunscrição”. Ou seja, o lançamento de candidatos está estritamente vinculado à forma de organização do partido dentro das unidades da federação.

O ato de lançar um candidato (ou a decisão de não lançar) reflete as decisões tomadas dentro das instâncias decisórias do partido no que se chama de coordenação pré-eleitoral. Os partidos, portanto, possuem seis tipos de órgãos: (1) órgãos de deliberação, (2) órgãos de direção e de ação partidária, (3) órgãos de ação parlamentar, (4) órgãos auxiliares, (5) órgãos de pesquisa, doutrinação e educação política e (6) órgãos de cooperação (GUARNIERI, 2009). Para os fins deste trabalho, iremos detalhar os dois primeiros.

Os órgãos de deliberação são formados pelas convenções nacional, estaduais, municipais e zonais. É nesta instância que são escolhidos os candidatos e definidas as alianças eleitorais a serem firmadas. Os órgãos de direção e ação partidária, constituídos pelos diretórios, executiva nacional, estaduais, municipais e comissões provisórias, convocam e definem as regras de funcionamento das convenções. São os diretórios que escolhem a comissão executiva.

Dentro dos órgãos de deliberação é onde há as discussões sobre coordenação pré-eleitoral. A decisão de lançar candidatos passa por discussões sobre o posicionamento ideológico dos eleitores, a forma como estes escolhem seus candidatos, dado que estão num ponto médio, além de decidir sobre se estabelecer alianças – coligações – eleitorais é a melhor forma de atingir o sucesso eleitoral daquela coligação, ou, pelo menos, diminuir as chances de vitória da coligação opositora (PALFREY, 1984; COX, 1997; GUARNIERI, 2009)

Dados os meios institucionais para decisão, é necessário tentar explicar como os partidos decidem lançar candidatos na disputa eleitoral, ou seja, os “modelos de entrada”. O primeiro cálculo é feito a partir de qual sistema eleitoral é adotado no país. Segundo Guarnieri, o custo de lançar um candidato e o custo de campanha são inversamente proporcionais à magnitude do distrito. Quanto mais cadeiras estiverem em disputa, mais chances de vencer têm os concorrentes. Da mesma forma, quanto menos cadeiras houver, mais custoso será o processo (GUARNIERI, 2009).

Analisando mais de 11 mil eleições municipais, Guarnieri demonstra que 77% dos candidatos e 90% dos eleitos para as prefeituras tinham estabelecido alianças eleitorais. Em 108 eleições para governador, 93% dos candidatos eleitos eram de partidos coligados. Ou seja, as elites políticas dentro dos órgãos de decisão, de maneira geral, estabelecem coordenação pré-eleitoral.

Estas decisões, porém, podem ser mais ou menos centralizadas a partir da forma como os órgãos partidários estão organizados. Partidos que possuem diretório constituído no distrito têm 60% de chance de lançar um candidato. Da mesma forma, em um partido que possui comissão provisória esta probabilidade cai para 25% (GUARNIERI, 2009). A explicação para esse dado é que quanto mais institucionalizado e quanto menos as lideranças tiverem controle direto sobre as decisões, mais candidatos têm chance de serem lançados.

Quando o partido possui uma comissão provisória, significa que as decisões tomadas nas convenções para as eleições estão nas mãos de elites da convenção nacional, por exemplo, cabendo a estas dar o aval para o registro das candidaturas. Havendo diretório na circunscrição, além de o poder estar mais descentralizado, este se encontra mais fácil de ser acessado pelas forças políticas locais.

Segundo a Lei 9.504/2011, os partidos, também, têm um número máximo de candidatos a registrar. O art. 10º estabelece que

“Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo:

I - nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder a doze, nas quais cada partido ou coligação poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital no total de até 200% (duzentos por cento) das respectivas vagas” (BRASIL, 1997).

Em quais localidades, portanto, os partidos decidem constituir órgãos partidários? Uma das hipóteses já levantadas pela literatura é de que o porte eleitoral, ou seja, a quantidade de eleitores na circunscrição, importaria para testar um modelo de entrada dos partidos (BRAGA, 2006; VASQUEZ, FERNADES e FAGANELLO, 2016). Os resultados para esta hipótese, porém, são inconclusivos no nível municipal. Neste projeto a mesma hipótese será testada no nível estadual.

Seguindo a lógica do porte eleitoral, a performance do partido na eleição anterior também pode indicar para o partido se este deve ou não se lançar novamente para aquele cargo no distrito. Quanto mais votos recebidos, maior seria a probabilidade de o partido lançar um candidato.

Sabendo que os partidos tomam decisões a fim de maximizar seus ganhos (nesse caso, voto), além de que os eleitores estão situados em um algum ponto no espectro político-ideológico, é possível que os partidos optem por concorrer em eleições em estados onde tenham mais identificação social, como bases socioeconômicas?

Gláucio Soares, no livro *A democracia interrompida* (2001), testa essa hipótese para os maiores partidos existentes no período 1945-1964. Para isso, ele analisa a gênese e a relação eleitoral existente entre os partidos e a sociedade. PSD e UDN, por exemplo, eram fortemente competitivos nas áreas rurais, enquanto o PTB forte na cidade e entre as camadas mais pobres da sociedade.

A hipótese defendida por Soares, de existirem bases socioeconômicas bem definidas dos partidos, foi testada a partir de uma correlação entre industrialização (já que na época o Brasil estava vivendo um período de aumento da industrialização e migração populacional para as cidades) e a votação obtida pelos partidos.

Os resultados mostram que o PTB era o único partido que tinha crescimento eleitoral associado ao crescimento da urbanização no país (Índice de correlação de

Pearson: 0,68 em 1945 e 0,45 em 1947). O partido mais prejudicado é o PSD, com uma correlação negativa (- 0,60 em 1945 e - 0,52 em 1947). A votação da UDN também está negativamente correlacionada à expansão da urbanização. Ou seja, além de competir em áreas específicas, a votação recebida também estava correlacionada a uma identificação, que tinha uma fundamentação econômica, com o partido.

Nesta pesquisa, a mesma relação entre partidos e condições socioeconômicas será procurada nas eleições estaduais de 2002 a 2014. A importância de se utilizar o estado como unidade de análise é que o *locus* da vida política do país está na dinâmica político-eleitoral nos estados (NICOLAU, 1996). O autor usa como exemplo que a fragmentação observada na Câmara dos Deputados é um reflexo da organização da vida política nos estados brasileiros. Essa hipótese pode ser inferida, também, a partir das constatações de Bohn e Paiva (2009) sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro. Os índices de volatilidade eleitoral nos estados também são altos e não demonstram tendência de estabilização.

Deste modo, foram explicitados alguns pontos importantes da literatura sobre partidos políticos no que se refere à gênese dos partidos, organização interna destes, coordenação pré-eleitoral e fatores que moldam a decisão de lançar ou não um candidato no distrito. Dadas estas informações, surge a questão de se os partidos políticos estruturam sua entrada nas campanhas a partir dos padrões socioeconômicos nos estados, questão essa a ser testada mais à frente.

4. AS BASES SOCIOECONÔMICAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA QUARTA REPÚBLICA

Com base na classificação do poder político com base na propriedade de terra, Soares, em *A democracia interrompida* (2001), identifica quatro tipos de dominação do poder político por meio da concentração de terra e da dependência do poder econômico do município. A mais propensa à política oligárquica, segundo o autor, é a oligarquia hegemônica, que compreende grande eleitorado do município concentrado na região rural, associado a uma alta concentração da propriedade rural.

Em se tratando de um país com uma industrialização e urbanização tardia, como o Brasil, as grandes propriedades rurais concentravam grande parte da população que não estava localizada nas grandes capitais. A baixa escolaridade da população ligada à dependência econômica da população em relação aos grandes proprietários de terra, levavam a uma dinâmica política oligárquica, clientelista e patrimonialista.

Com base nisso, a estrutura partidária, enquanto meio necessário para a concorrência à cargos eletivos, ficou, em grande parte, refém dos grandes proprietários de terra, no interior do país. No tocante às capitais, partidos que tinham origem de movimentos sindicais, como o PTB, por exemplo, obtiveram mais sucesso eleitoral.

Os partidos mencionados no livro de Soares, como o PCB, PTB, UDN e PSD tiveram origens diferentes e suas bases eleitorais também são relativamente distintas. Por exemplo, o PSD foi um partido criado pelos interventores nomeados por Vargas. O partido tinha um nível de coesão estável pois os municípios eram organizados por ex-prefeitos, que, por sua vez, foram nomeados por estes interventores estaduais (SOARES, 2001, p. 86).

Como as grandes forças do PSD eram políticos locais, o partido tinha diretórios estaduais muito fortes que contrapunham a executiva nacional. Uma das características do partido, também, era premiar pela experiência. Políticos bem-sucedidos enquanto interventores estaduais, prefeitos, tinham espaço no PSD. Os que não tinham, por outro lado, não poderiam fazer parte do quadro. Um exemplo é o político Antonio Balbino, que foi destituído do PSD pelo seu insucesso eleitoral e, quando se elegeu governador pela coligação UDN/PTB/PSP foi readmitido no partido.

Fica claro, portanto, que o voto é um fator crucial para a sobrevivência dos políticos dentro do partido. Nas palavras de Soares, “O partido de quadros, baseados em *interventores*, se transformou no partido dominado por governadores, prefeitos, deputados e vereadores, eleitos e reeleitos.

A UDN, União Democrática Nacional, tinha muitas semelhanças com o PSD. Era grandemente formado por políticos intervencionistas, com ideologias econômicas semelhantes. A diferença morava essencialmente no fato de que a UDN foi formada pelos políticos que tinham uma posição anti-getulista.

Estes políticos se sentiram lesados com a centralização do governo Vargas e o rompimento da estrutura de troca de poder vigente na República Velha. A base política, então, não tinha uma posição programática, mas sim, servia como uma frente de oposição ao governo vigente.

A UDN tinha ausência de setores populares entre seus políticos e entre seu eleitorado. Sua base principal de competição eleitoral era nas zonas rurais, onde competia

também o PSD, e tinha penetração também nas regiões metropolitanas. Entretanto, a adesão dentro destas regiões era restrita às classes mais altas, não sendo contemplado pela classe trabalhadora e os movimentos sindicais.

A população, então, era vista como completamente incapaz de entender, dimensionar e encontrar soluções para os seus problemas. Tal fato podia ser observado na composição bacharelista do partido. Mas, ainda assim, havia uma segregação e exclusão de profissionais das áreas das ciências humanas, por exemplo.

Como seu nascimento se deu a partir de políticos que faziam parte de uma estrutura oligárquica, institucionalmente, os diretórios estaduais também tinham grande poder de decisão em face ao diretório nacional, semelhante ao que aconteceu no PSD. A UDN tinha como uma de suas prioridades fortalecer os municípios. Não coincidentemente, o partido era extremamente rachado no seu plano interno. A autonomia dos municípios e o fortalecimento das estruturas locais era uma forma de tentar minar o poder do governo central.

O PTB, por outro lado, tem diferenças substanciais dos outros dois partidos mencionados. A primeira é que ele foi o único partido que cresceu eleitoralmente durante o período 1945-1962. Em segundo lugar, a penetração do PTB era entre os trabalhadores industriais. Por último, o partido não dispunha de uma estrutura democrática interna muito bem desenvolvida.

O sucesso eleitoral do PTB tem algumas explicações. A primeira é que o partido era a legenda do ex-presidente Getúlio Vargas, que entre seu primeiro e segundo mandatos concorreu em vários estados a deputado estadual e a senador, levando consigo muitos outros deputados por meio das regras estabelecidas pelo sistema de representação proporcional brasileiro. Para Soares, porém, não é correto afirmar que os votos obtidos pelo PTB, caso não existisse a figura de Getúlio, seria os votos de Vargas subtraídos dos votos totais.

A segunda explicação está associada a industrialização do país. O aumento das indústrias criou uma maior classe trabalhadora dentro das fábricas e movimentos sindicais. A ideologia e retórica trabalhista do partido, associada a alguns ideais progressistas, conquistaram uma parte expressiva deste eleitorado em ascensão no país.

O PTB, porém, apesar de suas posições mais progressistas, tinha uma face centralizadora e autoritária. O partido possuía uma estrutura hierárquica extremamente forte, sendo controlado por um grupo pequeno de dirigentes e, posteriormente, por um clã regional. Em alguns casos, expulsava vários de seus políticos quando estes questionavam a organização interna do partido.

Era característica do partido o personalismo e a presença de grandes nomes para a execução da política eleitoral. Políticos famosos na história brasileira como Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola eram alguns dos nomes importantes dentro do PTB. A imagem de Getúlio e seu grande poder dentro do partido, no entanto, desfavorecia a emergência de novas lideranças e reforçava o caráter centralizador do partido.

As convenções estaduais do partido, em face à centralização deste, tinha um poder importante sobre a convenção nacional: os estados tinham, igualmente, dois votos cada dentro da convenção nacional. Isso fazia com que houvesse um desequilíbrio de representação dentro do sistema federalista. O choque de interesses era grande entre o poder político do PTB gaúcho, o poder político-econômico do PTB São Paulo e a dirigência nacional do partido.

Soares, portanto, demonstrou a gênese dos principais partidos, suas principais forças e fraquezas e como isso se traduz em bases de apoio eleitoral. PSD e UDN fortemente competitivos a nível rural e PTB forte na cidade e entre as camadas mais baixas da sociedade. Para testar tal argumento, Soares faz um teste de correlação entre urbanização e percentual dos votos válidos recebidos pelo partido. Os resultados são:

Tabela 1 – Correlação entre votos e urbanização em 1945 e 1947

PARTIDOS	URBANIZAÇÃO	
	1945	1947
PTB	0,68	0,45
UDN	- 0,39	- 0,33
PSD	- 0,60	- 0,52

Como é possível observar, o PTB é o único partido que tem crescimento eleitoral associado ao crescimento da urbanização no país. O partido mais prejudicado é o PSD,

com uma correlação negativa (- 0,60 em 1945 e - 0,52 em 1947). A votação da UDN também está negativamente correlacionada à expansão da urbanização.

Com isso, o autor nos mostra, portanto, que as oligarquias locais favoreceram a criação e manutenção de partidos fortes no âmbito estadual, com bases eleitorais e socioeconômicas relativamente distintas e delimitadas (PSD e UDN x PTB).

5. O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

Assim como muitos países no mundo, tais quais Bélgica, Itália, Suíça, Finlândia etc, o Brasil adota, desde 1945, um sistema eleitoral baseado em representação proporcional de lista aberta. Esse modelo é utilizado para as eleições dos representantes nas Assembleias Legislativas estaduais e também para a Câmara dos Deputados (Federal).

Apenas filiados aos partidos políticos podem se candidatar a cargos eletivos no Brasil. Os partidos, então, organizam uma lista de candidatos onde cabe ao eleitor decidir votar em um nome específico da lista ou votar no partido (voto de legenda). O sistema brasileiro prevê, ainda, a distribuição de votos para os partidos que compõe a coligação eleitoral, considerada um dos problemas para o alto nível de fragmentação partidária no legislativo, bem como reduz a importância dos partidos nas disputas eleitorais, fazendo com que as campanhas sejam focadas na imagem dos candidatos (NICOLAU, 2015).

Para as eleições nacionais, cada estado tem uma quantidade de vagas proporcional à sua população, obedecendo a um limite mínimo de oito deputados (ex.: Acre) e máximo de setenta deputados (ex.: São Paulo). Para as Assembleias Legislativas Estaduais, o art. 27º da Constituição Federal de 1988 delimita que

O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

A magnitude do distrito, por estado, então é:

Tabela 2 – Número de cadeiras nas Assembleias Legislativas Estaduais

ESTADO	M
Acre	24
Alagoas	27
Amapá	24
Amazonas	24
Bahia	63
Ceará	46
Distrito Federal	24

Espírito Santo	30
Goiás	41
Maranhão	42
Mato Grosso	24
Mato Grosso do Sul	24
Minas Gerais	77
Paraíba	36
Paraná	54
Pará	41
Pernambuco	49
Piauí	30
Rio de Janeiro	70
Rio Grande do Norte	24
Rio Grande do Sul	55
Rondônia	24
Roraima	24
Santa Catarina	40
São Paulo	94
Sergipe	24
Tocantins	24

Fonte: elaboração própria com base nos dados do TSE

Levando em consideração que o distrito eleitoral para as eleições proporcionais (seja ela para as Assembleias Legislativas ou a Câmara dos Deputados) é o estado, algumas regiões dos estados podem ser sub ou sobre representadas dentro de um contexto de regiões metropolitanas muito populosas que detêm grande parte da população de cada unidade da federação. As campanhas eleitorais dos candidatos, portanto, passa a ser mais centrada em seus respectivos redutos eleitorais (AMES, 2001).

As propostas, então, de reforma política no país passaram por diversos temas, como financiamento de campanha exclusivamente público e com destino ao partido, não, ao candidato; mudança nas regras eleitorais, passando para um modelo majoritário, etc. O desenho das circunscrições, por outro lado, é uma das questões fundamentais pois as populações residentes em áreas dos estados com menos habitantes podem ser sub-representadas nas Assembleias. A criação de distritos dentro dos limites dos estados, promovendo uma homogeneização na distribuição das cadeiras, poderia melhorar a qualidade da representação (NETO, CORTEZ e PESSOA, 2011).

6. CLIVAGENS SOCIAIS, PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Os conceitos de democracia foram, ao longo do tempo, se moldando e adicionando outros elementos essenciais à relação entre Estado e sociedade. O'Donnell (1999), traz algumas definições, citando, também, outros autores, que conceituam “democracia”.

Samuel Huntington, por sua vez, depois de declarar que está "seguindo a tradição schumpeteriana", define a democracia "[como um sistema político que existe] na medida em que seus mais poderosos decisores coletivos são escolhidos em eleições limpas¹⁹, honestas e periódicas, nas quais os candidatos competem livremente por votos e em que praticamente toda a população adulta está apta a votar." Mas esse autor acrescenta (Huntington, 1991:7), como fazem Schumpeter, de modo explícito, e Przeworski, de modo implícito, que a democracia "também envolve a existência das liberdades civis e políticas de palavra, imprensa, reunião e associação, que são indispensáveis para o debate político e a condução das campanhas eleitorais." Da mesma maneira, Giuseppe Di Palma (1990:16) diz que a democracia "tem como premissa [...] o sufrágio livre e isento em um contexto de liberdades civis, partidos competitivos, opção entre candidaturas, e instituições políticas que regulam e garantem os papéis do governo e da oposição."

“Liberdades civis e políticas” são conceitos que abrangem diversas características de representação, características democráticas e se tornaram bandeiras muito fortes nas lutas políticas existentes entre os mais diversos grupos sociais no mundo inteiro, mas com muita força na América Latina, tendo em vista ser uma região marcada por regimes autoritários na segunda metade do século XX.

A sociedade civil, ademais, demanda que suas necessidades, anseios e direitos, constitucionais e humanos, sejam respeitados e levados em conta nas políticas públicas realizadas pelos governos. Desta maneira, ela se organiza de maneira a pressionar aqueles que detêm o poder.

Este poder político não está apenas nas esferas governamentais, mas também, no controle da informação midiática que é, também, um instrumento de poder político.

Entender os meios de comunicação como uma esfera de representação política é entendê-los como espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito na sociedade. Isso significa que o bom funcionamento das instituições representativas exige que sejam apresentadas as vozes dos vários agrupamentos políticos, permitindo que o cidadão, em sua condição de

consumidor de informação, tenha acesso a valores, argumentos e fatos que instruem as correntes políticas em competição e possa formar, de modo abalizado, sua própria opinião política. É o que se pode chamar de “pluralismo político” da mídia. Mas significa também, sobretudo em sociedades estratificadas e multiculturais, permitir a disseminação das visões de mundo associadas às diferentes posições no espaço social, que são a matéria-prima na construção das identidades coletivas – que, por sua vez, fundam as opções políticas (MIGUEL, 2003).

Para ilustrar a força dos meios de comunicação como instrumento político, os próprios partidos estão sistematicamente utilizando a rádio, a televisão e a internet como canal de transmissão de informação para a sociedade, seja – principalmente – em períodos de campanhas eleitorais, ou mesmo no dia-a-dia para tentar mostrar a população as propostas e trabalhos que estejam sendo feitos pelos políticos e seus partidos.

Entendendo como ser uma de suas funções a incumbência de funcionar como um agregador de interesses e canal de comunicação, os partidos políticos, devido à suas diferenças programáticas, acabam por atrair segmentos da sociedade que se identifiquem mais com suas plataformas.

Os partidos de esquerda, no Brasil, têm uma origem em grupos da sociedade oriundos de atividades sindicais, áreas mais industrializadas, etc. Enquanto os partidos de esquerda, anos atrás, nasceram a partir da organização de detentores de terras e poder político e econômico.

Em junho de 2013, o Brasil experimentou uma série de jornadas de manifestações que, além de demonstrar uma insatisfação a classe política, demandava uma maior representação igualitária da sociedade nos espaços de poder. Hoje, ainda, os negros e as mulheres, que estão em maior número na sociedade brasileira, são minoria em termos proporcionais e absolutos nas casas legislativas, nas esferas executivas e nos espaços de poder, de maneira geral.

A democracia representativa brasileira, portanto, passa por sucessivos questionamentos se está conseguindo abarcar todos os grupos da sociedade, sem que uns sejam excluídos do ato de representação. Como consequência inerente, a imagem dos partidos políticos fica abalada, já que estes são os que têm poder legal para representar formalmente a população nos poderes executivo e legislativo.

Será que os partidos políticos brasileiros atendem a demandas específicas? Será que gênese destes influencia a quem e onde representar? Será que os partidos têm

“preferências” por determinados grupos da sociedade? As discussões teóricas e metodológicas, além dos testes empíricos, se inserem de maneira a pensar a qualidade da democracia brasileira e suas consequências para a sociedade e para a própria sobrevivência do regime.

A próxima seção deste artigo apresenta quais e de que forma foram estruturadas as variáveis dependentes, independentes e de controle para os testes propostos neste trabalho, além dos métodos estatísticos a serem utilizados para responder às questões propostas.

7. DADOS E MÉTODOS

Dadas as discussões apontadas anteriormente, o objetivo deste artigo é testar empiricamente a relação entre grau de competição dos partidos (definido aqui enquanto quantidade de candidatos lançados) e bases socioeconômicas nos estados brasileiros. Para tais fins, foi construído um banco de dados com um $N = 2.908$. O banco de dados contém informações para todos os partidos que participaram da competição eleitoral para qualquer cargo eletivo estadual (deputado ou governador) em quatro eleições, 2002, 2006, 2010 e 2014. Os dados foram retirados dos respectivos portais online do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do programa Atlas Brasil.

Para tanto, a unidade de análise são os partidos nos estados. O estudo será, então, realizado a partir de seis áreas: (1) estruturação, (2) candidaturas, (3) coligação, (4) votação, (5) eleitorado e (6) bases socioeconômicas. As variáveis foram organizadas da seguinte maneira:

1. **Variáveis independentes:** (1) Produto Interno Bruto (PIB) estadual no ano da eleição, mensurada a partir do valor (em R\$1.000) do PIB e (2) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estadual, também no ano da eleição. O PIB está sendo utilizado enquanto medida de riqueza do estado, ao passo que o IDH é uma média de índices importantes, longevidade, renda e educação.
2. **Variáveis dependentes:** (1) Candidatos ao legislativo e (2) candidatos ao executivo. Duas regressões distintas serão utilizadas para os testes. Uma regressão linear múltipla para a variável “candidatos ao legislativo” e uma regressão logit para a variável “candidatos ao executivo” (por se tratar de uma variável binária).

Para efeitos de comparação, a primeira variável foi mensurada a partir da proporção entre o total de candidatos do partido deferidos sobre a magnitude do distrito (C_D/M). Varia de 0 a 2, onde 0 significa que o partido lançou 0% de candidatos a deputado estadual, e 2 significa que o partido lançou 200% de candidatos. A variável “candidatos ao executivo” é uma variável *dummy*, com valores 0 para partido sem candidatos a governador e 1 para partido com candidato.

3. **Variáveis de controle:** (1) Estruturação, (2) coligação, (3) voto para governador, (4) voto para deputado estadual, (5) eleitorado. (1) Estruturação é uma variável *dummy*, onde 0 equivale a um partido que, no ano da eleição, tenha uma comissão provisória instalada na circunscrição e 1 para partido que tenha diretório. (2) Coligação é medida, também, de forma binária: 0 para partido que esteja concorrendo à eleição de maneira independente, sem coligação e 1 para partido que esteja coligado. (3) Voto para governador é uma variável discreta medida a partir do total de votos válidos recebidos pelo partido no cargo de governador do estado. (4) Voto para deputado estadual é medida pela soma do total de votos nominais recebidos pelos candidatos do partido mais os votos de legenda. Por fim, (5) eleitorado é mensurada a partir do número total de eleitores aptos a votar nas respectivas eleições.

Para construir o banco de dados, o *software* utilizado foi o *Microsoft Office Excel 2013* e para executar os testes foi utilizado o *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 22.0*. Os métodos a serem utilizados são Estatística descritiva, Correlação de Pearson, Regressão linear múltipla e regressão logística binária.

Com toda a discussão teórica e metodológica esclarecida, nossa hipótese é: **o grau de competição dos partidos políticos varia em função da diferença de padrões socioeconômicos nos estados brasileiros**. A próxima seção deste trabalho irá mostrar os resultados dos modelos feitos para testar esta hipótese.

8. RESULTADOS

Os dados utilizados são para todos os partidos que lançaram algum candidato no nível estadual, ou seja, governador ou deputado estadual, em todas as unidades da federação no período de quatro eleições, 2002, 2006, 2010 e 2014. Durante a coleta de dados percebemos a diferença de quantidade de candidatos registrados pelos diversos

partidos. Parte desta diferença se pode ser explicada pelo tamanho dos partidos. Partidos maiores, como PT, PSDB, PSB, DEM, etc., lançaram, proporcionalmente, mais candidatos. Uma tabela descritiva sintetiza algumas informações interessantes:

Quadro 1 – Estatística descritiva das candidaturas a deputado estadual

N	Válido	2908
	Ausente	0
Média		,45
Mediana		,34
Desvio Padrão		,39
Intervalo		2,71
Mínimo		,00
Máximo		2,71

A média de candidatos a deputado estadual deferidos nas quatro eleições analisadas foi de 0,45, ou seja, os partidos lançaram uma média de candidatos equivalente a 45% das vagas das respectivas casas legislativas estaduais. Como mencionado anteriormente, o valor para a variável “candidato ao legislativo” varia de 0 a 2, onde 0 equivale a 0% de candidatos lançados e 2 equivale a 200% de candidatos lançados (em relação ao total de cadeiras). Como resultado, porém, além de encontramos partidos que não lançaram candidatos ao legislativo, encontramos sete casos onde esse número excedeu, ou seja, o número máximo de candidatos foi maior que o permitido. São eles: PSC-DF (2,30), PMDB-DF (2,21), PSD-DF (2,04), em 2002; PFL-DF (2,71), em 2006; PSL-RR (2,67), em 2010; e PRTB-DF (2,17), PRP-ES (2,13), em 2014. Não se sabe a explicação para o fato, porém estes poucos casos não afetam estatisticamente o modelo proposto.

Quadro 2 – Estatística descritiva das candidaturas a governador de estado

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	,0	2206	75,9	75,9	75,9
	1,0	702	24,1	24,1	100,0
Total		2908	100,0	100,0	

O quadro acima descreve a frequência de candidatos a governador (CANDEXEC). Percebemos que 24,1% dos partidos, equivalente a 702 casos, lançaram candidatos a governador. Quase 76% não lançou um candidato, durante as quatro eleições

analisadas. Para verificar sinais de coordenação pré-eleitoral, fizemos uma correlação de Perason entre as variáveis COLIGAÇÃO e CANDEXEC:

Quadro 3 – Correlação de Pearson entre coligação e candidatos a governador

		COLIGAÇÃO	CANDEXEC
COLIGAÇÃO	Correlação de Pearson	1	-,364**
	Sig. (2 extremidades)		,000
	N	2908	2908
CANDEXEC	Correlação de Pearson	-,364**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	
	N	2908	2908

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Como observamos, a correlação entre as variáveis é estatisticamente significativa, porém moderadamente fraca (-0,364). O sinal negativo da correlação, no entanto, nos indica a confirmação da literatura de que há coordenação pré-eleitoral entre os partidos, ou seja, mais partidos coligados está negativamente associada a uma quantidade menor de candidatos lançados ao poder executivo estadual.

Finalmente, testamos a hipótese central do nosso artigo: associação entre bases socioeconômicas e competição eleitoral nos estados brasileiros. Primeiramente, mostramos os resultados para a variável dependente CANDLEG, referente a competição para deputado estadual. Os resultados são:

Quadro 4 – Regressão linear múltipla para a variável dependente CANDLEG

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	-,450	,108		-4,166	,000
	ESTRUTURAÇÃO	,096	,018	,121	5,433	,000
	COLIGAÇÃO	-,125	,021	-,130	-5,911	,000
	VOTOS/LEG	3,599E-7	,000	,286	11,554	,000
	ELEITORADO	-3,807E-8	,000	-,587	-9,484	,000
	PIB	5,519E-7	,000	,425	6,688	,000
	IDH	1,472	,152	,243	9,689	,000

a. Variável Dependente: CANDLEG

Os resultados para todas as variáveis independentes demonstram significância estatística (a nível 0,000). A variável ESTRUTURAÇÃO apresenta sinal positivo, porém seu valor é baixo (0,121). O sinal positivo era esperado, dada a hipótese de que o tipo de órgão partidário influencia na quantidade de candidatos lançados. Entretanto, para este modelo, o resultado da variável é muito fraco.

A variável COLIGAÇÃO também apresenta sinal esperado (negativo), seguindo a hipótese de que, de maneira agregada, partidos coligados lançam, em média, menos candidatos que os partidos independentes, em termos proporcionais. Analisando em conjunto com correlação do quadro 3, o coeficiente de regressão é fraco.

VOTOS/LEG apresentou um coeficiente de 0,286. O resultado, também, é fraco mas o resultado positivo mostra um indício de influência que o *recall* do partido em termos de votação recebida tem sobre a decisão dos partidos de lançar candidatos a deputado estadual. ELEITORADO é a variável de controle com o maior coeficiente obtido (-0,587). O sinal indicaria uma relação inversa entre tamanho do eleitorado e grau de competição, ou seja, de candidatos lançados. Este resultado, porém, é inconclusivo, tendo em vista que a variável CANDLEG é medida em proporção, enquanto ELEITORADO utiliza um valor absoluto.

Por fim, os testes das variáveis independentes PIB e IDH apresentam valores positivos, 0,425 e 0,243, respectivamente. Ou seja, PIB seria a variável independente com a melhor relação explicativa com a variável dependente CANDLEG. Ao mesmo tempo, seu coeficiente é moderadamente fraco. Apesar dos testes propostos, o R quadrado do modelo tem valor 0,215, ou seja, a capacidade de explicação do modelo é muito baixa. Tendo em vista estes resultados, afirmamos que, além de os coeficientes das variáveis independentes não terem um poder preditivo significativo, a capacidade de explicação do modelo também é baixa.

No tocante à variável dependente CANDEXEC (candidatos a governador de estado), fizemos uma regressão logística binária. Os resultados foram:

Quadro 5 – Regressão logística binária para a variável dependente CANDEXEC

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1 ^a	ESTRUTURAÇÃO	-20,231	83,472	,059	1	,808	,000
	COLIGAÇÃO	-2,222	7,450	,089	1	,766	,108
	VOTOSEXEC	,026	,013	3,717	1	,054	1,026
	ELEITORADO	,000	,000	,340	1	,560	1,000
	PIB	,000	,000	,025	1	,874	1,000
	IDH	-28,248	53,023	,284	1	,594	,000
	Constante	13,559	36,388	,139	1	,709	773751,406

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ESTRUTURAÇÃO, COLIGAÇÃO, VOTOSEXEC, ELEITORADO, PIB, IDH.

O quadro anterior mostra o teste de regressão para a variável dependente CANDEXEC. Os resultados para todas as covariáveis são de baixa capacidade preditiva, todas as variáveis têm níveis de significância maior que 0,005. Diferentemente do modelo anterior, o R quadrado deste modelo é 0,661, ou seja, tem uma capacidade de predição bem maior que o modelo anterior. No entanto, as variáveis independentes e as variáveis de controle inseridas não apresentam significância estatística. Em suma, para as variáveis dependentes CANDLEG e CANDEXEC não há relação estatística significativa com as variáveis independentes PIB e IDH, ou seja, não há relação entre bases socioeconômicas e competição eleitoral nos estados brasileiros.

9. CONCLUSÃO

O presente artigo objetivou realizar uma discussão teórica e testes empíricos a fim de buscar identificar se há existência entre bases socioeconômicas e grau de competição eleitoral nos estados brasileiros. Demonstramos como os partidos políticos se organizam internamente, quais as instâncias de decisão existentes, a quais instâncias são delegadas as tarefas de deliberar sobre temas de cunho eleitoral. Mostramos a literatura aponta para a existência de coordenação pré-eleitoral entre os partidos, os modelos de entrada e suas variáveis propostas, bem como as relações existentes entre estas e competição eleitoral.

Nossos modelos de teste propostos buscaram identificar se o grau de competição varia em função da diferença entre bases socioeconômicas. Os resultados dos testes não mostram relações entre as variáveis dependentes e independentes. Do ponto de vista acadêmico, estes resultados são importantes para mostrar que os partidos políticos não têm mais bases bem definidas e que a competição destes não está voltada para redutos eleitorais específicos, como apontava estudos para o período pós-Era Vargas. Além disso,

este trabalho contribui com mais uma variável para os estudos de coordenação pré-eleitoral e modelos de entrada.

Apesar dos resultados e conclusões aos quais chegamos, é preciso ressaltar as limitações que o nosso trabalho encontrou. Em primeiro lugar, as bases de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estão incompletas quanto às informações buscadas. Os dados sobre órgãos partidários (existência de diretório ou comissão provisória) estão incompletos para, principalmente, os anos de 2002 e 2006. É muito razoável afirmar que a capacidade de explicação dos modelos caiu fortemente devido à falta de informação em uma variável importante, como a de estruturação.

Não obstante, os dados para mensurar as bases socioeconômicas são insuficientes para totalizar a dimensão substantiva implícita em afirmar que existe uma “base socioeconômica”. Primeiro porque PIB e IDH não explicam a totalidade das relações sociais existentes, nem explicita de maneira completa as características dos estados. Além disso, os dados para o Índice de Desenvolvimento Humano são pouco explicativos, tendo em vista que dados só são mensurados e disponibilizados para períodos de tempo a cada dez anos. Além destes problemas, índices como industrialização dos estados seria interessante para os modelos. Este não foi incluído por indisponibilidade de informação para os estados.

Por último, fica inserido como agenda de pesquisa incluir uma tipologia de partidos, como partidos de massas, partidos de quadros, partidos *catch-all*, além de classificá-los no espectro ideológico esquerda-direita. A inclusão destas informações traria mais informações para as discussões sobre atuação de partidos de esquerda e de partidos de direita no Brasil, além de enriquecer o debate.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ames, B. (2001). **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Amaral, O. E. (2013). **O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura**. Revista Debates, v. 7, n. 2, pp. 11-32.
- Bohn, S. e Paiva, D. (2009). **A volatilidade eleitoral nos estados: sistema partidário e democracia no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, vol. 17, n. 33, pp 187-208.
- Braga, M. do S. S. (2006). **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política, 1982-2002**. São Paulo, SP: Editora Humanitas.
- Brasil. Constituição Federal, 1988.
- Brasil. Lei nº 9.504, 30 de setembro de 1997.
- Cox, G. (1997). **Electoral rules and electoral coordination**. Annual Review of Political Science, v. 2, pp. 145-161.
- Downs, A. (1999). **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP.
- Duverger, M. (1970). **Os Partidos Políticos**. Brasília, Ed. UnB.
- Guarnieri, F. E. E. (2009). **A força dos “partidos fracos” – um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral**. Tese de doutorado, USP.
- Kirchheimer, O. (2012). **A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental**. Revista Brasileira de Ciência Política.
- Lipset, S. M. e Rokkan, S. (1992). **Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamento de eleitores**. In: Lipset, S.: Consenso e conflito – ensaios de sociologia política. Lisboa, Gradiva.
- Michels, R. (sd). **Os partidos políticos**. São Paulo, Editora Senzala.
- Miguel, L. F. (2003). **Representação política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada de representação política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51.

Neto, O. A., Cortez, B. F. e Pessoa, S. de A. (2011). **Redesenhando o Mapa Eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma política incremental**. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1.

Nicolau, J. (2015). **Como aperfeiçoar a representação proporcional no Brasil**. *Caderno de Estudos Sociais e Políticos*, V. 4, N. 7.

Palfrey, T. (1984). **Spatial equilibrium with entry**. *Review of Economic Studies*, pp. 139-156.

Panebianco, A. (2005). **Modelos de partidos: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo, Editora Martins Fontes.

Nicolau, J. (1996). **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)**. Rio de Janeiro, Editora FGV.

O'Donnell, G. (1999). **Teoria Democrática e Política Comparada**. *Dados*, v. 42, n. 4.

Soares, G. A. D. (2001). **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro, Editora FGV.

Vasquez, V., Fernandes, J. e Faganello, M. (2016). **Estruturação partidária nos municípios brasileiros (1996-2012)**. 40º encontro anual da ANPOCS.